

**Entrevista: Luiz Augusto Campos**

## O debate precisa de uma academia forte

Ataques da extrema direita e desinvestimento “sem par” ameaçam a universidade brasileira, diz pesquisador

### *The debate demands a strong academy*

*Attacks from the far right and “unparalleled” disinvestment threaten Brazilian universities, says researcher*

LUIZ AUGUSTO CAMPOS  
ANDRÉA LOPES DA COSTA  
EDLAINE DE CAMPOS GOMES

Pesquisador reconhecido na área de estudos étnico-raciais, Luiz Augusto Campos se sentiu atraído para o tema pelo “calor do debate sobre cotas” na década de 2000, quando ingressou na graduação em Ciência Política na Universidade de Brasília (UnB). Suas experiências pessoais de homem negro em uma sociedade racializada não lhe pareciam muito significativas até chegar ao Rio de Janeiro, em 2007, para fazer o mestrado em Sociologia e Antropologia na UFRJ. Ali também se viu “num dos centros acadêmicos mais contrários às políticas de cotas”. Hoje vê o termo identitarismo como uma categoria acusatória que desconsidera dois elementos: primeiro, que marcadores como os de raça e gênero só importam porque estão atrelados a desigualdades socioeconômicas; segundo, que esses movimentos ainda têm que lutar pelo respeito a direitos básicos. “O que une mulheres, gays, lésbicas, negros, indígenas é que esses grupos querem simplesmente deixar de ser vítimas privilegiadas de violência”, afirma. Para Luiz Augusto, não surpreende que as esquerdas tenham tido mau desempenho em eleições municipais, geralmente focadas, acredita, em questões mais pragmáticas de provimento de serviços públicos; mas concorda que os partidos desse campo “se institucionalizaram politicamente a ponto de se distanciarem dos movimentos sociais mais locais”, o que seria uma tendência típica da política a ser monitorada. Frente a uma academia ameaçada por desinvestimentos governamentais e confrontada pela proliferação de “pseudointelectuais” e pelo culto ao coaching, argumenta que o debate público sério não pode prescindir de um meio acadêmico fortalecido e interativo com a sociedade em geral. Confira a entrevista, realizada por e-mail pelas organizadoras do dossiê “Antigos marcadores sociais, novas abordagens políticas”, Andréa Lopes e Edlaine Gomes.

**Palavras-chave:** Estudos étnico-raciais; Marcadores identitários; Luiz Augusto Campos.

A renowned researcher in the field of ethnic-racial studies, Luiz Augusto Campos was drawn to the topic by the “heat of the debate on quotas” in the 2000s, when he enrolled in the undergraduate program in Political Science at the University of Brasília (UnB). His personal experiences as a black man in a racialized society did not seem very significant to him until he arrived in Rio de Janeiro in 2007 to pursue a master’s degree in Sociology and Anthropology at UFRJ. There he also found himself “in one of the academic centers most opposed to quota policies.” Today, he sees the term identitarianism as an accusatory category that disregards two elements: first, that markers such as race and gender only matter because they are linked to socioeconomic inequalities; second, that these movements still have to fight for respect for basic rights. “What unites women, gays, lesbians, blacks, and indigenous people is that these groups simply want to stop being privileged victims of violence,” he says. For Luiz Augusto, it is no surprise that the left has performed poorly in municipal elections, which he believes are generally focused on more pragmatic issues of providing public services; but he agrees that the parties in this field “have become politically institutionalized to the point of distancing themselves from more local social movements,” which would be a typical political trend that should be monitored. Faced with an academy threatened by government disinvestment and confronted by the proliferation of “pseudo-intellectuals” and the cult of coaching, he argues that serious public debate cannot do without a strengthened academic environment that interacts with society in general. Check out the interview, conducted by email by the organizers of the dossier “Old social markers, new political approaches,” Andréa Lopes and Edlaine Gomes.

**Key words:** Ethnic-racial studies; Identity markers; Luiz Augusto Campos.

**Andréa Lopes e Edlaine Gomes: Luiz, você é um pesquisador reconhecido no campo das relações raciais. Tem trabalhos sobre os mais distintos aspectos, como eleições, ações afirmativas e sociologia do racismo e seus conceitos. Para além disso, coordena o GEMAA, um dos mais importantes centros de produção de dados sobre relações raciais no Brasil. Você poderia falar sobre sua trajetória acadêmica e sobre como chegou aos estudos raciais e qual sua agenda de investigação?**

**Luiz Augusto Campos:** Acho sempre difícil falar da minha trajetória acadêmica porque minhas escolhas parecem ter sido muito mais pragmáticas do que refletidas. Eu cheguei aos estudos raciais no fim da minha graduação em Ciência Política na Universidade de Brasília (UnB). Eu sou da turma que pegou o intenso debate sobre a criação de cotas, que começou em 2003, ano em que eu entrei na graduação. Além disso, fiz parte do Grupo de Estudos sobre Democracia e Desigualdades (DÉMODÉ), grupo de pesquisa mais dedicado à discussão sobre gênero, mas que também me apresentou algumas discussões sobre desigualdades raciais. Foi no DÉMODÉ que também realizei minha

primeira pesquisa de iniciação científica acerca da bibliografia especializada em teorias da democracia a partir da revista *Dados*.

Confesso que o calor do debate sobre cotas na UnB me atraiu mais para o estudo das ações afirmativas do que minhas experiências pessoais de racialização. Esse interesse se intensificou depois que eu cheguei ao Rio de Janeiro para fazer meu mestrado em Sociologia e Antropologia na UFRJ, não apenas porque aqui eu me senti bem mais racializado, mas também por estar num dos centros acadêmicos mais contrários às políticas de cotas. Foi nesse contexto que eu conheci o GEMAA [Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa], que, à época, estava sendo criado pelo professor João Feres Júnior no âmbito do antigo Iuperj, atual Iesp-Uerj. Eu cursei matérias no instituto e, por fim, fui aceito no doutorado, somando-me imediatamente ao GEMAA. Essa experiência de formação foi muito enriquecedora, não apenas pela forte ênfase numa formação teórica e metodológica densa, mas também pela conexão estreita do instituto com o debate público. Por tudo isso, optei por redigir uma tese sobre o debate midiático em torno das cotas, que foi um dos mais acalorados e polarizados da nossa história recente. Eu hoje tenho a honra não apenas de ser professor no Iesp-Uerj, instituto onde ao fim me doutorei, mas também de coordenar o grupo que me formou e de ser editor-chefe do periódico acadêmico que eu certamente mais li, a revista *Dados*.

**Andrea Lopes e Edlaine Gomes:** Esse dossiê chama-se *Antigos marcadores sociais, novas abordagens políticas* e trata de gênero, raça e religião como temas emergentes no campo político. Na verdade, sabemos que são antigos marcadores sociais, nem sempre tomados como relevantes. Você poderia apresentar uma análise sobre como esses temas têm sido tratados pela política institucional e a razão pela qual têm emergido com certo protagonismo no cenário político das últimas décadas?

**Luiz Augusto Campos:** Até os anos 1960, o Brasil e o mundo viam a questão da desigualdade de modo unidimensional. Tudo se passava como se a desigualdade pudesse ser reduzida a uma única dimensão dominante (de renda, de riqueza, de poder etc.), e as sociedades, a grupos estanques — em geral, classes —, num esquema simples e bipolar de oposição (burgueses x proletários, dominantes x dominados etc.). Os movimentos feministas, anticoloniais, antirracistas e outros nos ensinaram, contudo, que as desigualdades assumem várias formas. Ainda que as desigualdades de renda, riqueza e poder sejam mais centrais do que nunca, elas refletem inúmeras discriminações de gênero

(por exemplo, mulheres ganham menos que homens para desempenhar uma mesma tarefa), discriminações de raça (negros com o mesmo nível educacional que brancos têm menos chances de ascender socialmente), entre outras. Logo, ainda que as desigualdades continuem particularmente agudas no Brasil e no mundo, lutar contra elas se tornou muito mais complexo dado o papel de vários outros marcadores sociais na sua estruturação.

A consciência desses fatos tem gerado reações nem sempre positivas no debate político. Temos de lidar com as reações à direita que, em geral, consideram a luta contra a desigualdade social secundária ou simplesmente inócua, mas também à esquerda, que por vezes parece saudosa de teorias que explicam o mundo como uma luta entre duas classes. Apesar disso tudo, todas essas temáticas vieram para ficar, e é difícil imaginar que assistiremos nas próximas décadas a uma despolitização desses marcadores. Ao contrário!

**Andrea Lopes e Edlaine Gomes: Por muitas vezes, esses temas assumem um rótulo — ou poderíamos chamar de estigma — de identitários. Sob esta perspectiva, temas relacionados a raça, gênero e religião seriam vistos como identitarismos dissonantes do debate político “real”. Como você percebe essa crítica?**

**Luiz Augusto Campos:** O termo “identitarismo” vem se difundindo em alguns meios intelectuais e de elite nos últimos anos como uma categoria de acusação. São identitários todos os movimentos sociais que enfatizariam excessivamente o papel das identidades na vida política, como negros, mulheres, membros da comunidade LGBTQIAP+ etc. Por vezes, o termo é usado também para criar uma falsa equivalência entre os chamados “identitários de esquerda e de direita”, o que incluiria nesse rol o bolsonarismo e todas as diversas denominações evangélicas.

É sempre difícil definir uma categoria de acusação, mas a ideia de identitarismo perde de vista dois elementos que são centrais quando estamos falando de marcadores de raça, gênero e sexualidade. Primeiro, que esses marcadores só importam porque estão atrelados a discriminações e, portanto, desigualdades socioeconômicas. Se ser negro ou branco fosse equivalente a ter olho azul ou verde, ou ser flamenguista ou palmeirense, provavelmente não estaríamos falando tanto de raça ultimamente. As clivagens raciais só são relevantes porque estão intimamente atreladas às desigualdades de classe. Logo, embora tenhamos que investir pesadamente na revalorização das identidades negras para lutar contra o racismo, essa não é uma luta identitária na medida em que seu objetivo último é reduzir as desigualdades econômicas entre brancos, de um lado, e pretos e pardos, de outro. Segundo, porque as lutas dos movimentos progressistas são, ainda hoje, lutas por direitos

básicos. O que une mulheres, gays, lésbicas, negros, indígenas etc. é que esses grupos querem simplesmente deixar de ser vítimas privilegiadas de violência. Ou seja, eles demandam direitos humanos básicos. Rotular essas lutas como identitárias é não apenas redutor, como também cruel e perigoso.

**Andrea Lopes e Edlaine Gomes:** Ainda considerando a pergunta anterior, percebemos que uma das análises que emergiram após o pleito eleitoral de 2024, para prefeituras e câmaras municipais, adensou um debate, já observado ao final do processo eleitoral anterior, de que esquerdas teriam perdido o contato com as bases. Ou seja, que supostamente o campo progressista, ao assumir preocupações direcionadas às pautas raciais e de gênero, teriam perdido a possibilidade de diálogo com a população. Como você vê essas análises pensando, fundamentalmente, no processo eleitoral?

**Luiz Augusto Campos:** Eu discordo parcialmente do diagnóstico. As esquerdas nunca tiveram um desempenho muito bom nas eleições municipais, tradicionalmente dominadas pelas grandes máquinas partidárias com perfil ideológico mais à direita ou ao centro. Isso é assim em quase todo o mundo. Nas eleições municipais, importa mais se a iluminação pública está funcionando e se existe remédio no posto de saúde do que as grandes pautas relacionadas às desigualdades. É lógico que esses problemas têm influência a depender das desigualdades raciais, de gênero e outras, mas é difícil trazer isso para o debate eleitoral em municípios por vezes pequenos e com problemas tão urgentes quanto banais.

Isto não anula, porém, o fato de que os partidos de esquerda se institucionalizaram politicamente a tal ponto de se distanciarem dos movimentos sociais mais locais. Isso também é uma tendência natural da política que deve ser constantemente monitorada. Um exemplo disso é o Partido Verde alemão, que criou mecanismos de responsividade interna em relação a suas bases na década de 1990. Voltando para o Brasil, o desafio é uma regulação mais democrática dos partidos, que, ao contrário do que se pensa, têm muita força e autonomia aqui, mas ainda são relativamente fechados à regulação de suas práticas.

**Andrea Lopes e Edlaine Gomes:** Agora, pensando o campo acadêmico e, mais precisamente, as ciências sociais. As associações de pesquisa e alguns cursos de ciências sociais têm compreendido a importância de temas como gênero, raça e

**religião. Contudo, as resistências ainda são perceptíveis. Como você analisa os movimentos de avanço e de resistência, coexistentes nas ciências sociais?**

**Luiz Augusto Campos:** O sociólogo alemão Jürgen Habermas certa vez definiu as ciências sociais como uma das consciências da modernidade. Isto é, as ciências sociais pretendem se colocar como espaços de reflexão sobre os problemas que afetam o mundo presente e, no limite, ajudar a mitigá-los ou mesmo solucioná-los. Mas nenhuma ciência é produzida no vazio; todas elas dependem de instituições que as organizem. Não é raro que essas organizações, no entanto, desenvolvam interesses próprios que mais atrasam do que fazem avançar pautas progressistas em seu interior.

Nas ciências sociais em sentido mais estrito, temos avanços desiguais e fragmentados, mas que merecem nota. A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) é a mais branca e masculina em comparação com outras ciências sociais, mas vem investindo aos poucos em políticas de diversificação interna. Ela hoje exige que presidências masculinas sejam necessariamente sucedidas por presidentas mulheres, ao mesmo tempo em que constituiu um comitê de diversidade para assessorar a diretoria. Também tive a honra de fundar, junto com o professor Cristiano Rodrigues, a área temática de Raça, Etnia e Política em 2019, que se somou a já consolidada área temática de Gênero e Feminismo. No entanto, a Associação ainda engatinha em relação a temáticas centrais como a religião.

A Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) também fez avanços nos últimos anos, criando cotas para pretos, pardos e indígenas em todos seus Grupos Temáticos e também normas de diversidade de gênero e de regiões para seus demais painéis. A isso se somaram vários prêmios especificamente voltados para trabalhos sobre raça, gênero e outras clivagens. A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) tem várias medidas desse tipo e recentemente elegeu sua primeira diretoria negra. Em suma, muito foi feito, mas o dever de casa pendente ainda é enorme se o objetivo for de fato enfrentar as desigualdades dentro da academia. É urgente, por exemplo, que associações da Sociologia invistam em medidas similares e, sobretudo, que essas entidades sejam mais ousadas no apoio a ações afirmativas nos concursos universitários, grande gargalo do nosso processo de diversificação.

**Andréa Lopes e Edlaine Gomes:** Para encerrar, pediríamos que você produzisse uma análise a respeito de algo sobre o que já temos conversado, frequentemente: qual o papel das ciências sociais nos debates públicos sobre raça, gênero e religião?

**Luiz Augusto Campos:** As ciências sociais sempre tiveram papel de destaque no debate público nacional, desde o seu nascedouro. Mesmo quando nossa esfera pública era restrita a um diminuto grupo de elites letradas, os cientistas sociais publicavam em jornais e davam entrevistas na TV ou em revistas semanais. Isso para não falar na enorme influência política de muitos nomes da área. Gostemos ou não, é impossível entender a história da formação de uma noção de identidade nacional sem passar por nomes como Gilberto Freyre ou Sérgio Buarque de Hollanda ou entender as políticas econômicas brasileiras sem mencionar autores como Caio Prado Júnior ou Celso Furtado, todos cientistas sociais num sentido amplo. Voltando os olhos para os dias atuais, todos os debates cotidianos sobre temas como raça, gênero, religião e afins são perpassados por conceitos das ciências sociais como “lugar de fala”, “racismo estrutural”, “cisgeneridade” ou “neopentecostalismo”. Independente do valor desses conceitos, todos foram formulados e disseminados a partir das ciências sociais e compõem hoje o léxico cotidiano das discussões em todo o país.

Meu maior receio não tem a ver, portanto, com a suposta distância entre ciências sociais e debate público, mas sim com a precarização dessa interface. A universidade no Brasil vem passando por uma enorme crise de legitimidade, sofrendo com ataques fortes da direita, bem como com um nível de desinvestimento governamental sem par na história recente. Nesse contexto, fica difícil que acadêmicos das mais diferentes áreas participem com qualidade e regularidade do debate público. Isso dá margem à proliferação de um sem número de pseudointelectuais e de um culto ao *coaching*, prática que, por definição, se opõe aos conhecimentos sistemáticos da academia. Em suma, o fortalecimento de um debate público sério passa pelo fortalecimento da academia e de sua relação com a sociedade em geral.

**Luiz Augusto Campos**

Doutor em Sociologia, professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), editor-chefe da revista Dados.

**Andréa Lopes da Costa**

Doutora em Sociologia, professora associada IV da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio).

**Edlaine de Campos Gomes**

Doutora em Ciências Sociais, professora associada IV da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio).